

SUCESSÃO DO REITOR

Consulta indicará a preferência dos docentes

A Adusp decidiu realizar nos dias 20 e 21 deste mês uma consulta junto ao professores com o objetivo de fornecer uma indicação da preferência da comunidade docente ao colégio eleitoral que vota no dia 23. No dia 22 o resultado será divulgado em Boletim da Adusp. Todos os docentes estão aptos a participar da votação nas urnas que serão instaladas em todas as unidades. A cédula terá um espaço em branco para que o docente possa indicar o nome de sua preferência. Oficialmente seis candidatos se colocam na disputa, porém, novos nomes poderão surgir na consulta. Nesta mesma cédula os docentes poderão responder, ainda, à seguinte questão: você acha que a atual forma de

eleição do reitor deveria a) ser mantida ou b) ser alterada, tornando mais democrática e representativa da comunidade universitária? Ainda com o propósito de ampliar o debate em relação à sucessão, a Adusp realizará um segundo debate com os reitoráveis no dia 13 deste mês, no auditório Abrahão de Moraes (Física), às 17h. Fruto de discussões em várias unidades da USP, na diretoria e nas regionais, e no Conselho de Representantes da Adusp, publicamos nesta edição o documento "Idéias para um programa para reitor" que procura traduzir as principais preocupações dos docentes da USP.

Mais informações nas páginas 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Lançada nova edição da Revista Adusp

Fotos: Kleide Teixeira



Quarenta pessoas participaram, no último dia 6, do lançamento da Revista Adusp, edição de outubro, inteiramente dedicada ao debate sobre a universidade e a sucessão ao cargo de reitor na USP. Jacques Marcovitch e Erney F. Plessmann de Camargo (detalhe), dois dos seis reitoráveis, estiveram presentes ao evento na sede da Adusp. A presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Maria Cristina de Moraes, defendeu a autonomia universitária e alertou para os ataques que as universidades brasileiras estão sofrendo nos últimos anos. O presidente da Adusp, Jair Borin, falou da importância da escolha do tema desta edição, em função do momento pré-eleitoral que a USP está vivendo.



Adusp na campanha para reitor

A sucessão à reitoria da Universidade de São Paulo está ensejando a oportunidade para que uma série de problemas possam ser discutidos democraticamente em vários fóruns dos campi. Os candidatos que assumiram sua participação na disputa do pleito que se dará de forma colegiada, em dois turnos, segundo o Estatuto da USP, têm contribuído para que estes problemas saiam do âmbito restrito das unidades e cheguem a um público mais amplo. A Adusp alavancou este processo, promovendo debates desde o pri-

meiro semestre e fazendo através do seu Informativo uma série de perguntas aos candidatos sobre temas candentes, como RDIDP, salários, contratos precários, a Cert entre outros.

Como não podia deixar de acontecer, somos cobrados por alguns de nossos sócios se a Adusp tem um candidato de sua preferência ou sobre qual seria o interesse da entidade em promover o debate sobre a sucessão a Reitoria. Para que não paire nenhuma dúvida, apesar dos vários esclarecimentos que a Adusp já fez, reiteramos

mais uma vez que a Adusp não tem candidato. A Adusp, enquanto entidade representativa dos docentes da universidade não apóia nenhum candidato no atual processo sucessório. Em decisão aprovada pela sua diretoria, nenhum dos diretores assinará declaração de apoio a qualquer dos candidatos.

A entidade representativa dos docentes da Universidade procurará conduzir os debates em torno da sucessão dentro dos princípios democráticos e aprova a realização de uma consulta entre todos os segmentos que compõem

a comunidade universitária (professores, funcionários e alunos) com a finalidade de identificar o candidato preferido pela comunidade. A atual forma de escolha do reitor da maior universidade do país não é democrática, no entendimento da diretoria da Adusp. Cabe, portanto, à comunidade da USP decidir pela escolha de um processo mais representativo e democrático num futuro próximo, sendo necessário, para isto, a reforma do atual Estatuto. Esta conquista dependerá da participação de todos os docentes, funcionários e alunos.

Idéias para um programa para reitor

Este texto foi elaborado a partir de discussões na Diretoria da Adusp, no Conselho de Representantes e em reuniões de docentes em várias unidades. Ele procura traduzir as principais preocupações dos docentes da USP neste momento. As idéias apresentadas não pretendem ser um programa completo para gestão da Reitoria. Esperamos que cada reitorável avalie estas idéias e as incorpore em seu plano de gestão.

1

Introdução

No momento em que o debate sobre a sucessão de reitor na USP começa a ganhar impulso, é oportuno situar o papel desta universidade e das demais universidades públicas brasileiras no processo educacional e no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. O ensino público superior está estagnado há muitos anos, cedendo gradualmente espaço ao ensino privado, em geral de qualidade bem inferior. Salvo raras exceções, é na universidade pública que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se desenvolvem integradamente, com efetiva produção de conhecimento. O sistema público, no qual a USP aparece com destaque, vem sendo alvo de duros ataques através, por exemplo, da reforma da previdência, reforma administrativa, proposta de emenda constitucional alterando a autonomia universitária e o fim da gratuidade. Acreditamos ser necessário fortalecer a universidade pública;

aprimorando seu funcionamento e estreitando os laços com a sociedade que a financia.

No plano interno, é preciso reverter o desânimo que está tomando conta dos docentes e funcionários. Queremos uma USP onde o trabalho e o estudo sejam atividades prazerosas e cuja produção científica, tecnológica e cultural contribua para o desenvolvimento social e econômico do país. Existem diversos aspectos que devem ser aperfeiçoados e, muitos deles, como estatutos, contratos precários e mecanismos de avaliação têm sido frequentemente mencionados. É importante, porém, acrescentar a essa lista duas questões que vêm ganhando notoriedade nos últimos tempos. A primeira delas, agudizada com a deterioração dos salários, está relacionada com os mecanismos de complementação salarial via bolsas de pesquisa, recursos de agências de fomento e convênios, entre outras fontes. Em consequên-

cia, os departamentos e o RDIDP estão se descaracterizando e nota-se uma redução de ênfase às atividades de ensino, particularmente de graduação. A outra questão diz respeito ao grande número de docentes que estão se aposentando, em decorrência da insegurança provocada pela proposta de reforma da previdência e dos baixos salários. Muitos cursos já começam a sofrer as consequências da falta de professores, uma vez que os docentes que se aposentam não estão sendo substituídos.

Antes de apresentar alguns pontos programáticos para a próxima gestão, queremos desta-

car alguns princípios gerais que, julgamos, deveriam pautar a atuação da reitoria.

I compromisso na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis;

II participação institucional da universidade na discussão das questões nacionais e divulgação das opiniões e propostas;

III disposição de exercer uma gestão transparente, informando a comunidade universitária e a população sobre as ações da reitoria.

Adusp

Diretoria:
Jair Borin, Osvaldo Coggiola,
Marcos N. Magalhães,
Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer,
Líghia B. Horodynski-Matsushigüe,
José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kagayama,
Antonio César Façundes,
Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano
Gualberto, trav. J, nº 374
Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900
Tel: (011) 813-5573
Fax: (011) 814-1715
e-mail: aduspsp@org.usp.br

Editor:
Marcos Luiz Cripa vd

Assistente de redação:
Eduardo Lima

Projeto Gráfico:
Argeu Godoy

Edição de arte e diagramação:
Luís Ricardo Câmara

Secretaria: Alexandra Carillo e
Aparecida de Fátima dos Reis Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves
e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares
Periodicidade: mensal
Filmes: Bureau Bandeirante
Impressão: Gráfica Poolprint

A

CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA ACADÊMICA

- Reforçar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como instrumento de prestigiar o RDIDP.
- Normalizar as relações de trabalho dos docentes com contratos precários nos termos da proposta aprovada no Plesbisito da ADUSP, que torna indeterminado o prazo de validade dos contratos desde que satisfeitos alguns critérios.
- Garantir que a decisão sobre os processos de contratação encerre-se no âmbito de cada Unidade.

Quanto à avaliação:

- Extinguir a CERT.
- Criar, a partir de ampla discussão, um sistema de avaliação docente, justo e honesto, que contemple todas as atividades desempenhadas e as diversas áreas de conhecimento.
- Democratizar os organismos de avaliação, existentes e a serem criados, com sua composição escolhida por colegiados da universidade e não pelo reitor, como ocorre hoje com a CERT.

- Estabelecer, juntamente com o Cruesp e o Fórum das Seis, um plano de recuperação de perdas e de valorização real dos salários.

B

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

- Reverter a excessiva centralização das decisões.
- Democratizar os processos de escolha dos dirigentes universitários.
- Não limitar o acesso de professores doutores e associados a qualquer cargo na gestão universitária.
- Comprometer-se com a implantação do Conselho Social previsto na Constituição Estadual.
- Intensificar a ocupação de museus, centros culturais e outros espaços similares, de modo a democratizar o acesso da população a essas formas de expressão cultural.
- Utilizar os veículos de divulgação da USP já existentes (jornais, revistas, rádio, páginas de Internet) ou que vierem a ser criados, para a divulgação de amplo espectro de opiniões e propostas, garantindo, inclusive, espaço nestes veículos para as entidades

representativas de docentes, alunos e funcionários.

- Manter relações democráticas com as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes da USP.

C

RECURSOS DA UNIVERSIDADE

- O orçamento da USP deve ser amplamente discutido e de conhecimento de toda a comunidade universitária. A USP deve divulgar todas as informações sobre seus recursos orçamentários e não orçamentários, projetos especiais, recursos de fontes de fomento (Fapesp, CNPq, Capes, BID, Finep, outras fundações, etc), recursos públicos como SUS, etc.
- Lutar pelo aumento de recursos estaduais para as universidades públicas paulistas tendo como base os 11% do ICMS, corrigidos pela isenção das exportações e outros mecanismos que venham a ser criados.
- Empenhar-se na elaboração de uma lei orgânica para a universidade que preveja, inclusive, a questão orçamentária.

D

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- Promover, com ampla participação docente, uma discussão sobre a política científica brasileira e os critérios das agências financiadoras.
- Aumentar o financiamento da USP para pesquisa, não delegando simplesmente às agências de fomento essa responsabilidade.
- Intensificar os cursos de extensão, aperfeiçoamento e divulgação, destinados tanto ao público externo quanto ao público interno.
- Criar mecanismos efetivos para diminuir a evasão.
- Aumentar o número de vagas oferecidas nos cursos de graduação, preferencialmente fora dos campi usuais, com a criação de novos espaços destinados, inicialmente, apenas ao ensino.
- Cumprir integralmente o mínimo constitucional de 1/3 das vagas para cursos noturnos.
- Revitalizar os cursos de licenciatura, buscando uma efetiva integração entre as unidades envolvidas.

Reitoráveis se manifestam e acesso de doutores a

Na penúltima rodada de respostas antes da realização da eleição, defendem suas posições sobre a necessidade de reformar o estatuto da USP. Na próxima edição, eles analisarão aspectos do documento A

Erney F. Plessmann de Camargo



1 Enfaticamente sim. Há quatro anos eu lembrava que o estatuto previa sua própria re-avaliação e, à época, propunha ampla discussão do estatuto da USP. Acho que essa reavaliação é devida há muito tempo. Providenciarei a abertura imediata das discussões junto ao Conselho Universitário. Porém espero e desejo que essa discussão transcenda dos limites do Conselho e interesse todos os segmentos da USP. Mais do que isto, espero que a discussão sirva para corrigir itens que, involuntária ou

inadvertidamente, levaram a um aumento do centralismo e da burocracia de nossa Instituição.

2 Em princípio sim. Porém a resposta final a esta pergunta está vinculada à reforma estatutária discutida na pergunta anterior. Decisões como essa não podem ser tomadas por portaria reitoral. Elas dependem de uma ampla e democrática discussão envolvendo todos os setores da universidade, sem radicalismos e preconceitos. Lembro que na discussão do estatuto em 88, a emenda que previa que associados pudessem exercer o cargo de diretor perdeu por apenas um voto. Melhor conduzida, a proposta poderá ter sucesso, aliviando os titulares da sobrecarga de funções administrativas. Acho que isso será bom para a USP.

ra e extensão e, ao mesmo tempo, manter o espírito da interação das diversas Unidades na USP. A reforma deve definir instâncias de descentralização por áreas ou campi e mesmo ao nível das Unidades de modo a reduzir a elevada carga administrativa imposta aos docentes.

2 A carreira inicia-se com o cargo de doutor, assim entendo que a pergunta refere-se aos docentes que possuam pelo menos esse título. Havendo número suficiente de professores associados e de titulares prefiro que os cargos de chefia e direção das Unidades sejam exercidos por esses professores. Como o mandato do chefe é de dois anos, não vejo problema em um doutor vir a exercer esse cargo. Não julgo, no entanto, que um doutor deva exercer o cargo de diretor de Unidade, a não ser em casos excepcionais, quando não haja número suficiente de associados ou titulares. A razão é simplesmente que ao terminar o doutoramento o docente está em um de seus períodos mais produtivos e em condições de consolidar suas atividades de pesquisa. As atividades administrativas, dada nossa estrutura burocrática, muitas vezes decorrente de imposições legais, demandam muito tempo e prejudicam sobremaneira o docente em sua etapa inicial da carreira.

Carlos Alberto B. Dantas



1 Sim. Participei ativamente das reformas de 69 e de 88, quando os momentos político, social e universitário eram bem diferentes do atual. Em 69, em

plena ditadura, a reforma em curso sofreu mutilações e foram aposentados compulsoriamente várias lideranças intelectuais da USP. Em 88, todos os Institutos/Faculdades passaram a ser representados nos colegiados centrais, com uma réplica dessas representações nas Unidades. Foi aumentada também a participação dos professores não titulares nos colegiados das Unidades. Esta representação trouxe vantagens, pois permitiu que houvesse uma maior interação entre as Unidades nos colegiados. No entanto, intrinsecamente criou-se o problema da compartimentalização dos colegiados por atividades de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e de cultura e extensão universitária. A meu ver, uma linha mestra da reforma dos colegiados deveria contemplar uma melhor integração das atividades de ensino, pesquisa e de cultura

Myriam Kr



1 Sempre que o Conselho Universitário considera necessário vota mudanças no Estatuto e Regimento da USP. Essas mudanças resultam de inadequações

constatadas no cotidiano da vida universitária ou de necessidades de ajustamento à nova legislação. Portanto, quando a comunidade acadêmica pretende aperfeiçoar seus instrumentos legais, há possibilidades de fazer propostas e travar discussões tornando o processo contínuo e dinâmico.

Pergunta 1

Você é a favor da reforma do Estatuto da Universidade de São Paulo? Como?

Gil da Costa



1 A nova LDB confere às Universidades uma autonomia que permite novas formas de estrutura universitária. A busca por aperfeiçoamentos voltada à excelência do desempenho das atividades-fim da Universidade tem que ser permanente e este é, sem dúvida, um momento privilegiado para isso. A mudança dos estatutos deve vir no bojo de um projeto que vise à desburocratização e ao aumento da eficiência administrativa para se chegar à agilidade requerida no exercício das atividades

sem desempenho das atividades-fim da Universidade tem que ser permanente e este é, sem dúvida, um momento privilegiado para isso. A mudança dos estatutos deve vir no bojo de um projeto que vise à desburocratização e ao aumento da eficiência administrativa para se chegar à agilidade requerida no exercício das atividades

Estam sobre Estatuto cargos administrativos

to em primeiro turno (colegião), os candidatos a reitor da USP
da universidade e o acesso de doutores aos cargos administrativos.
usp, que está sendo divulgado nas páginas 2 e 3 desta edição.

Silchik

2 A carreira universitária, aberta a todos os docentes, pressupõe que os diferentes níveis podem ser alcançados, ao longo do tempo, através de concursos nos quais o docente tem oportunidade de demonstrar sua capacidade e competência. Evidentemente os cargos que demandam mais tempo disponível e experiência universitária devem ser exercidos por aqueles que já atingiram o mais alto grau da carreira. Embora o Estatuto em vigor não vede o acesso a muitos desses cargos, a doutores e associados, minha vivência demonstrou que esses podem ser prejudicados, na progressão de suas carreiras, quando sobrecarregados por encargos administrativos.

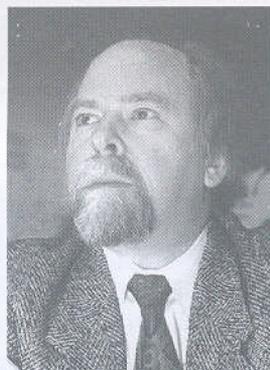
Pergunta 2

Você é favorável ao acesso de doutores e associados a todos os cargos da USP?

Marques

des relevantes da Universidade.

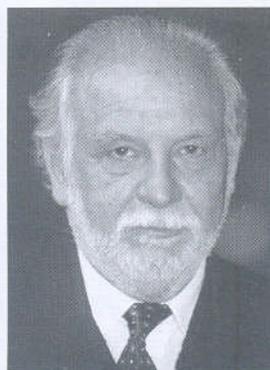
2 A estrutura hierarquizada da Universidade faz sentido quando corretamente colocada em termos de que os níveis mais altos da carreira devam estar ocupados por aqueles de melhor qualificação acadêmica. Dentro dessa hierarquia de mérito acadêmico, os docentes com maior experiência e autonomia no exercício profissional devem estar nos níveis localizados no topo da carreira e, portanto, eles devem ter um maior envolvimento nos processos decisórios da Instituição. Há, entretanto, no Estatuto em vigor, a salutar possibilidade de que funções preferencialmente destinadas aos níveis mais altos possam vir a ser exercidas por docentes de outros níveis de carreira.



Jacques Marcovitch

1 Sim, mas de forma evolutiva. Uma ampla reforma do estatuto é inoportuna e paralisante. Isola a universidade numa introspecção que poderá afastá-la da dinâmica externa. Por outro lado, qualquer candidato a reitor deve conhecer os grandes desafios que serão enfrentados pela USP, a partir de 1998, no que diz respeito ao orçamento e objetivos estratégicos. Desviar o foco destes problemas cruciais para rever todo o estatuto seria colocar a formalidade acima da realidade, um exercício perigoso. Melhor que uma grande reforma será uma sucessão gradual de ajustes a cada ano, sempre em função da qualidade acadêmica e da agilidade dos processos decisórios.

2 Sim, desde que se pergunte a eles se estão de fato interessados nisso. As funções administrativas tendem a inibir a carreira acadêmica. É possível que os formuladores do estatuto, limitando aos professores titulares o acesso a determinados cargos, tenham considerado este aspecto e não criado uma "barreira" aos outros docentes. É um erro centrar este problema exclusivamente na titulação. Em qualquer caso a escolha deve ser feita entre os mais competentes e de notória respeitabilidade por sua dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. É importante que os escolhidos tenham experiência de direção e sejam pessoas imbuídas dos valores acadêmicos como a ética, a excelência, o universalismo e a solidariedade. Quando a escolha couber ao reitor, ele deve buscar os melhores, onde quer que se encontrem.



Adolpho José Melfi

1 Existe praticamente um consenso em relação à necessidade de se rever o Estatuto da Universidade. Aprovado em 1988, a sua aplicação, ao longo destes últimos 9 anos, tem demonstrado a existência de pontos que precisam ser modificados, a fim de melhor adequá-lo à atual realidade. Julgo ser necessário que o CO promova discussões sobre seu texto e selecione temas prioritários envolvendo a estrutura acadêmica e administrativa da Universidade. A título de exemplos poderíamos citar o sistema eleitoral para a escolha de Diretores e Reitor, a estrutura e mecanismos de funcionamento dos Conselhos Centrais e suas relações com as Unidades, a carreira docente e os regimes de trabalho, as responsabilidades

de certos órgãos colegiados e comissões assessoras do CO e do Reitor, etc. Entretanto, entendemos que a revisão deva ser gradual, de forma a não paralisar as atividades essenciais da Universidade.

2 Certos cargos da Universidade, como por exemplo os de Diretores de Unidades, Pró-Reitores e Reitor, exigem que seus ocupantes tenham uma visão global da instituição, conheçam seus problemas e que representem sólidas lideranças acadêmicas. Isto só pode ser conseguido com o tempo e com a titulação. Desta forma, considero prematuro que doutores, pertencentes ao nível inicial da carreira docente, interrompam sua formação acadêmica, ainda não consolidada, para assumir atividades para as quais poderiam não estar suficientemente preparados. Quanto aos Associados, acredito que o assunto merece ser discutido dentro de um contexto mais amplo, envolvendo inclusive os mecanismos de acesso ao cargo de titular.

Adolpho José Melfi

Atual Pró-reitor de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, o professor Adolpho José Melfi nasceu em 17 de março de 1937. É geólogo formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1960. Realizou estágio de Pós-doutoramento no Institut National de la Recherche Agronomique (França) em 1967/1968 e 1972. Mantém atividades didáticas regulares desde 1964. Desempenhou vários cargos administrativos no âmbito da USP, dentre eles o de diretor do Instituto Astronômico e Geofísico (1977/1979 e 1985/1989), presidente da Comissão de Assuntos Educacionais (1985/1987), membro da Comissão de Orçamento e Patrimônio (1988/1993), do Conselho Universitário (1977/1989 e 1993/1997), e membro dos Conselhos de Graduação (1991/1992) e Pós-graduação (1992/1993).

Carlos Alberto B. Dantas

Nascido em 23 de maio de 1936, Carlos Alberto Dantas é o atual Pró-reitor de graduação da USP. É licenciado em Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Mestre e Doutor em Estatística pela Universidade da Califórnia, Berkeley. É professor titular do Instituto de Matemática e Estatística (IME). Foi professor visitante em várias universidades brasileiras e nas universidades da Califórnia Berkeley, Cornell e Bonn. Foi chefe de Departamento de Estatística e Diretor do IME, representante dos titulares no CO, membro da CLR e da Comissão de Reforma dos Estatutos de 88. Orientou oito dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Lecionou diversas disciplinas de Graduação de Pós-Graduação. Publicou doze artigos científicos e dois livros texto.

Erney F. Plessmann de Camargo

Nascido em 1935, é médico, Doutor e Livre-docente pela USP. Sua área de atuação é a pesquisa básica sobre doenças parasitárias brasileiras, sobre as quais publicou um livro e mais de 70 trabalhos editados em revistas de circulação internacional. Foi professor visitante nos Estados Unidos (4 anos) e França (1 ano). Atualmente coordena um projeto do Programa Núcleos de Excelência sobre malária em Rondônia. É Professor Titular do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) e foi Professor Titular da Escola Paulista de Medicina. Foi vice-diretor do ICB e Pró-reitor de Pesquisa da USP por três mandatos sucessivos a partir da gestão Goldemberg. É membro de vários conselhos, organismos e instituições internacionais e nacionais, dentre elas do CNPq. É presidente da Sociedade Brasileira de Protozoologia e membro titular da Academia Brasileira de Ciência.

Quem é quem na disputa pela reitoria

O Informativo Adusp publica nesta página o currículo resumido dos candidatos a reitor da Universidade de São Paulo para que você possa conhecer as principais áreas de atuação de cada um deles.

Gil da Costa Marques

Atual diretor do Instituto de Física (IF), nasceu em 19 de fevereiro de 1946. É professor titular desde 1988 e docente desde 1970. Bacharelou-se em Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1969. Posteriormente recebeu os títulos de Mestre (1972), Doutor (1975), Livre Docente (1983) e Professor Adjunto, este último em 1986. Participou de diversas bancas examinadoras e publicou cerca de oitenta trabalhos científicos em revistas internacionais. Foi professor visitante no Departamento de Física da Universidade do Texas A&M entre 1992 e 1993. É pesquisador do CNPq desde 1977. Faz parte do Conselho Universitário e integrou a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) entre 1995 e 1997. Secretário da Sociedade Brasileira de Física, sendo presidente em dois mandatos consecutivos: 1987 e 1991.

Jacques Marcovitch

Professor Titular da FEA/USP, nasceu em 12 de fevereiro de 1947. Graduiu-se em Administração pela USP (1938), onde obteve seu doutorado em 1973. Atualmente é Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados e Pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária. Foi diretor da FEA/USP (1983/1986), do IEA/USP (1988/93) e presidente das empresas estaduais CESP, CPFL, Eletropaulo e Comgás (1986/87). Master of Management pela Vanderbilt University/EUA, com pós-doutorado no International Management Institute/Suíça (1978), onde também lecionou. É membro do Conselho do International Institute for Labour Studies (OIT) e dos Conselhos Editoriais das seguintes revistas: Executive/EUA; South Asian Journal of Management/Índia; Redes/Argentina.

Myriam Krasilchik

Formada em História Natural pela Universidade de São Paulo, Myriam Krasilchik nasceu dia 23 de maio de 1936 e é a atual vice-reitora da USP. Obteve títulos de Doutor, Livre Docente, Professor Adjunto e Professor Titular da Faculdade de Educação. Dirigiu seminários e ministrou cursos como professora visitante em diversas instituições internacionais. Integrou os Comitês Editoriais do European Journal of Science Education e International Journal of Science Education. Foi membro da Comissão de Especialistas de Ensino da Comissão de Educação do MEC, entre 1993/94. Diretora da FEUSP entre 1990/94 e membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. É membro da Commission of Biological Education da International Union of Biological Science e presidente do Conselho Curador da Fuvest.

Conheça os apoiadores das candidaturas

O Informativo Adusp propôs a cada um dos reitoráveis publicar textos de três apoiadores de suas candidaturas. Até o fechamento desta edição, Adolpho José Melfi e Myriam Krasilchick não haviam encaminhado os apoios. Jacques Marcovitch declinou do convite pelos motivos explicados em correspondência enviada ao presidente da Adusp e publicada nesta página.

Carlos Alberto B. Dantas encaminhou o texto de um apoiador.

Gil da Costa Marques

Queremos do próximo Reitor uma administração voltada para a pesquisa, ensino e extensão, e não para si mesma. Cabe à reitoria garantir a execução de tarefas básicas que garantam a qualidade de nossa universidade e ao mesmo tempo cobrar de seus docentes o melhor desempenho possível. Achamos que o professor Gil da Costa Marques desempenhará com sucesso estas tarefas.

Vanderlei S. Bagnato
Professor Titular do IFSC

Gil da Costa Marques é um professor com excelente currículo. Possui publicações em revistas nacionais e internacionais, com arbitragem. Na sua vida acadêmica coloca em prática os fundamentos essenciais da Universidade, que são a docência e a pesquisa, com excelência. Sua gestão como diretor do Instituto de Física mostra a sua competência administrativa. Sua competência políti-

ca fica clara quando busca, entre especialistas da Universidade, soluções para os seus problemas, sempre aberto a discussões e ao trabalho em equipe. Em outras palavras, o professor Gil é um cientista, com valores acadêmicos e dinamismo administrativo necessário para equacionar, com equilíbrio, os problemas da Universidade. São estas as razões do meu apoio à sua candidatura a Reitor da Universidade de São Paulo.

Denisard Alves
Diretor FEA

Mentor e coordenador do mutirão que elaborou um eficiente planejamento de trabalho para a próxima gestão reitoral, acredito que o candidato professor Gil da Costa Marques reúne elevado potencial para exercê-la com eficiência, objetividade e, principalmente, a devida transparência.

Célio Taniguchi
Diretor da Poli

Carlos Alberto B. Dantas

Soube com prazer que o professor Carlos Alberto Barbosa Dantas é candidato ao cargo de reitor da nossa Universidade de São Paulo, para o qual me parece perfeitamente qualificado em virtude das suas características humanas e intelectuais. Lembro a propósito a sua constante dedicação aos problemas universitários e, também, os momentos, alguns dos quais bem difíceis, nos

quais lutamos ombro a ombro por causa deles. Além disso, penso na sua firme posição em defesa da Universidade pública e da autonomia universitária, ambas tão ameaçadas no presente. Estou certo de que, se for eleito, ele saberá enfrentar de maneira adequada estes e outros problemas que nos inquietam.

Antonio Candido
Professor Titular
aposentado da FFLCH

Erney F. Plessmann de Camargo

A Universidade de São Paulo precisa mudar. E já! O compromisso público do professor Erney Plessmann de Camargo com um programa mínimo que contempla importantes alterações de rumo justifica o apoio da Participação à sua candidatura.

João Zanetic
professor do IF e coordenador da Participação.

A Universidade de São Paulo não deve desprezar a oportunidade de ter o reitor que já deveria ter tido quatro anos atrás. Erney P. Camargo é este reitor. Pesquisador e professor de renome internacional, com agudo sentido social, que vai fazer a USP retomar o bonde da história, antes que seja muito tarde. Como seu ex-colega na Adminis-

tração Central da Universidade, vejo em Erney um defensor das melhores tradições da USP e de suas necessárias renovações.

João Alexandre Barbosa,
Professor Titular
aposentado da FFLCH

Além da notável produção científica e da grande contribuição administrativa que já prestou à Universidade, o professor Erney Plessmann de Camargo por sua dignidade, por sua coragem intelectual e por sua clareza de propósitos, tem as qualidades de liderança acadêmica que, na condução da Universidade de São Paulo, otimizaria as condições de nosso trabalho e seu sentido social e cultural.

Luis Carlos de Menezes,
professor do IF

Carta do professor Marcovitch

A regra que permite ao colégio eleitoral indicar oito nomes no primeiro turno da sucessão reitoral, podendo cada votante sufragar três colegas, tem o mérito de abrir o leque de opções e estimular o florescimento de propostas. Evita-se, também, desta maneira, uma polarização entre dois blocos, que seria, em essência, maniqueísta, fragmentadora e nociva aos interesses da Universidade.

Se, como candidato, indicasse agora três apoiadores, estaria encorajando essa indesejável polarização, além

de privilegiar, entre centenas de iguais, um trio de eleitores supostamente diferenciado. No meu caso, que notoriamente defendo a coesão acadêmica, o procedimento feriria um princípio fundamental de campanha.

Entendo que cabe ao veículo de informação, e não ao candidato, a tarefa de identificar e entrevistar apoiadores. Você, como jornalista de grande experiência e seriedade, certamente compreenderá minha atitude.

Cordialmente,
Jacques Marcovitch

Atividades acadêmica e sindical não são incompatíveis

Flávio Finardi Filho, professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e membro do CR da Adusp fala das dificuldades de organização dos professores em sua unidade e avalia a sucessão reitoral.

Como tem sido o trabalho sindical junto aos docentes da Farmácia?

Flávio - O trabalho tem se concentrado em alguns coletivos que historicamente têm participado dos vários momentos vividos pela Adusp. A motivação dos quase cem professores tem se dado de forma esporádica. Às vezes, quando o movimento é salarial, se consegue chegar a um número maior de pessoas. No dia-a-dia podemos contar com ex-diretores da entidade e ex-conselheiros da Adusp. Notamos que os professores estão sempre bem informados, mas a participação efetiva dentro da Adusp é restrita.

Qual a explicação para esse fenômeno?

Flávio - Isso se dá, basicamente, em função do volume de atividades que os professores têm. Comparada com outras escolas profissionalizantes, como medicina e direito, acredito que temos até uma boa participação. No entanto, estamos aquém do nosso índice histórico de participação.

Como envolver mais pessoas nessas atividades?

Flávio - Eu já propus a entrada de um site específico na Internet, mas sei que isso isoladamente não funciona. Temos que motivar as pessoas em várias frentes, seja através das publicações, seja através dos novos meios de comunicação. Talvez essa apatia se deva à necessidade que os colegas têm de estarem produzindo.

A produção acadêmica é incompatível com a atividade sindical?

Flávio - Não, não é incompatível.

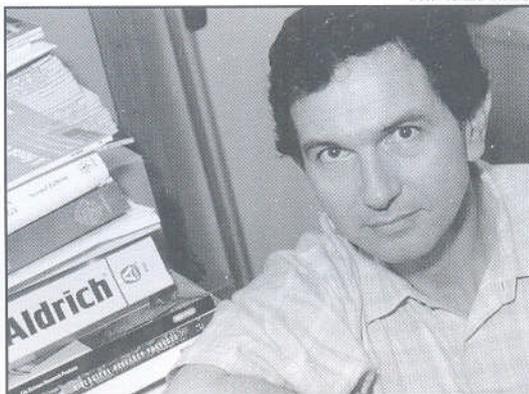
O único problema é que, além das oito horas de trabalho, estamos sempre envolvidos com outras atividades e somos solicitados a contribuir em comissões e nos trabalhos resultantes dessas comissões.

Como tem sido a discussão da sucessão reitoral em sua unidade?

Flávio - Tivemos debates isolados com alguns dos reitoráveis, mas a divulgação foi muito pequena, praticamente em cima da hora. A única divulgação que tem sido feita de forma sistemática e atingindo todos os docentes é a da Adusp. Os boletins e as informações têm sido distribuídos para todos os docentes. A Adusp tem sido o canal aberto para esta discussão; infelizmente o único canal.

Por parte da Adusp o debate tem sido democrático?

Flávio - Tem sido a única forma democrática de discussão e abordagem de temas específicos que são de interesse da universidade. Os outros meios têm sido através de artigos publicados na imprensa por parte dos reitoráveis ou de seus próprios manifestos. Ocorre que, desta forma, eles abordam apenas os temas que desejam e de uma forma muito morna. Me parece que não querem ferir ninguém e todos ficam fazendo críticas sutis à atual administração. Tudo transcorre como se a atual administração fosse boa.



Flávio Finardi Filho

Foto: Kleide Teixeira

Qual sua expectativa em relação ao próximo reitor?

Flávio - É preciso ter uma administração transparente, onde possamos ter conhecimento do orçamento da USP e das fundações, e o destino dado a estas verbas. Por outro lado, sabemos que, salarialmente, a USP é nivelada por baixo em função da isonomia dos docentes. O salário é colocado no limite de 85% do orçamento, mas acredito que, no caso da USP, poderia ser maior. Não concordo com certos gastos feitos pela atual reitoria, como por exemplo, o investimento em muros para cercar a universidade, e também com o destino dado à praça do relógio, mesmo levando em consideração que a verba veio da iniciativa privada. Acredito que o dinheiro poderia ser investido na melhoria do campus, mas não em seu aspecto de beleza e sim para a melhoria do transporte coletivo interno e outras questões que beneficiariam toda a coletividade. Espero, portanto, uma administração que se concentre nos problemas internos da universidade e do dia-a-dia dos seus docentes, funcionários e alunos. Afinal, é aqui dentro que passamos grande parte de nossas vidas.

Gatilhos

Em 1990, a Adusp ajuizou ação coletiva reivindicando o pagamento, a todos os seus associados, dos reajustes referentes aos gatilhos, que o governo estadual deixou de pagar em 1987. A referida ação judicial tramitou no Judiciário Trabalhista, tendo sido vitoriosa em 1ª e 2ª instâncias. Estão representados nesta ação, portanto, todos os docentes da USP que eram associados da Adusp-S.Sind. em 1987 e que não haviam patrocinado individualmente esta causa. Todos os que já tinham causas idênticas contra a USP foram nominalmente excluídos da ação coletiva.

No julgamento de 2ª instância, porém, o Tribunal Regional do Trabalho entendeu determinar o desdobramento da ação em duas, julgando-se competente, apenas, para encaminhar a causa dos docentes contratados pela CLT e remetendo a ação dos docentes estatutários para o Judiciário estadual comum.

Desse modo, para os docentes contratados pela CLT, nossos advogados estão procedendo à execução das decisões judiciais já referidas. Para os docentes efetivos ou contratados com base no ESUSP, que são a imensa maioria, o processo praticamente recomeça e enfrenta, também, a recusa do Juiz de Primeira Instância em aceitar o direito de a Adusp representar seus associados em juízo, para esta finalidade. Assim, nossos advogados informam que esta tramitação demandará, ainda, mais alguns anos para produzir decisão judicial executável.